

administrativo (indicado pelo gerente) e relatório de ocorrências assinados pelos membros da comissão. Cada folha da Ata da Eleição deverá ser rubricada por 02 membros da comissão eleitoral e enviada à Coordenação Técnica de Saúde OS CEJAM.

Artigo 32º - A Comissão Eleitoral local da UBS Jardim Germânia encaminhará no primeiro dia útil após a apuração 01/03/2018 a relação preliminar dos candidatos eleitos à Co-ordenação OS CEJAM, para divulgação e publicação em Diário Oficial.

Artigo 33º - Os candidatos eleitos serão empossados para o exercício do mandato no período de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os candidatos remanescentes, ou seja os votados, porém não eleitos poderão ser convocados como suplentes na vacância de algum conselheiro de ambos os segmentos (usuários e trabalhadores). Não havendo mais suplentes para a ocupação do cargo de titula e havendo a necessidade, deverá ser realizada uma nova eleição para o segmento usu-ários por meio de voto ou aclamação e comunicado à Coorde-nação OS CEJAM.

Capítulo XIII - Dos Recursos da Apuração dos Votos

Artigo 34º - A partir da divulgação da Lista Preliminar dos Eleitos, os candidatos terão o prazo de 02 (dois) dias uteis, para recorrerem em caso de informalidade no processo eleitoral / apuração, utilizando o requerimento de recurso disponibilizado no kit eleitoral da UBS Jardim Germânia.

Artigo 35º - Todos os recursos encaminhados dentro do período estabelecido, serão analisados pela Comissão Eleitoral local e após o término do período de recursos, a lista oficial dos eleitos será divulgada pela UBS Jardim Germânia.

Parágrafo Único - Todos os documentos referentes à Eleição do Conselho Gestor serão arquivados por um período de 6 (seis) meses após da data da eleição e após este período serão dispo-nibilizados para reciclagem.

Artigo 36º: Poderão fazer parte da comissão eleitoral, (02) representantes da população, (01) representante dos trabalha-dores; estes não poderão estar participando do processo elei-toral, e (01) representante do segmento gestor/administração.

Membros da comissão:

Antonio de Jesus Alves de Macedo RG:8.674.946-8

Aparecida Passin RG:8.026.113-9

Ana Paula Fernandes de Souza RG:37.482.107-0

Leticia Taira RG:22.178.718-0

Capítulo XIV – Cronograma

Artigo 37º - Os períodos sugeridos no cronograma poderão ser alterados a critério da comissão eleitoral local desde que todo o processo eleitoral ocorra no mínimo em 45 dias sem prorrogação e no máximo 60 dias com prorrogação

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE - GESTÃO DE CONTRATOS

PROCESSO 6018.2017/0011497-7

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato nº 003/2012/CRS-Norte, sendo da STS CASA VERDE: Zeni Rose Toloi - RF. 663.197.5 e Gerson Nicolletti - RF 522.223.1 (UBS V.Espanhola) e Cátia Cirlene Pereira Ramos - RF 703.785.6 (UBS Walter Elias), da STS FREGUESIA DO Ô: Jurema Westin Carvalho - RF. 314.290.6 e Yamara Vieira Bragatto - RF.318.569.9, da STS PIRITUBA: Wag-ner Fracini - RF. 616.148.1, Denise Pinna - RF 612.922.6; Elen Cristina Peres - RF 728.914.6, da STS SANTANA: Braz de Castro Júnior - RF 509.982.0 e Valéria Rondinelli - RF. 605.678.4, da STS VILA MARIA: Antonio Augusto Ferreirinha Leporace - RF. 526.788.9 e Jose Pedro Pimenta e Silva - RF 582.696-9, todos com a finalidade de manter junto à empresa Air Liquide Brasil Ltda., os entendimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços de oxigenioterapia domiciliar, a partir de 01 de dezembro de 2017.

PROCESSO 6018.2017/0008392-3

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente o fiscal do contrato nº 001/2012/CRS-Norte, sendo da SEDE CRSN: Elson Fadini e Silva - RF. 782.520.0, com a fina-lidade de manter junto à empresa LEUCOTRON Equipamentos Ltda., os entendimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços, a partir de 01 de dezembro de 2017

PROCESSO 6018.2017/0008555-1

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato nº 003/2016/SMS/CRS-Norte, sendo da SEDE CRSN: Elson Fadini e Silva - RF. 782.520.0 e An-derson Martins de Andrade - RF. 600.340.1, da STS CASA VER-DE: Zeni Rose Toloi - RF. 663.197.5 e Maria Rita Lorenzini - RF. 593.970.4, da STS FREGUESIA DO Ô: Jurema Westin Carvalho - RF. 314.290.6 e Rodrigo Ribeiro Damasceno - RF. 736.113.1 e Yamara Vieira Bragatto - RF.318.569.9, da STS PERUS: Fa-biana Cespedes Bertaglia - RF. 806.623.0 e Fernando Luiz de Camargo - RF. 636.222.2, da STS PIRITUBA: Wagner Fracini - RF. 616.148.1 e Paulo Roberto de Castro - RF. 736.947.6, da STS SANTANA: Roberto Cazuو Ogata - RF. 571.623.3 e Valéria Rondinelli - RF. 605.678.4, da STS VILA MARIA: Antonio Augusto Ferreirinha Leporace - RF. 526.788.9 e Silvana Reis Vicentin - RF. 557.157.0, todos com a finalidade de manter junto à empresa G.N. Gerenciamento Nacional de Transporte e Serviços Gerais Ltda., os entendimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços, a partir de 01 de dezembro de 2017.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE - GESTÃO DE CONTRATOS

PROCESSO 6018.2017/0004661-0

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato nº 001/2015/SMS/CRS-Norte, sendo da STS FREGUESIA DO Ô: Jurema Westin Carvalho - RF. 314.290.6 e Celso Carlos Patti – RF 661.704-2, da STS PERUS: Fabiana Cespedes Bertaglia - RF. 806.623.0 e Fernando Luiz de Camargo - RF. 636.222.2, da STS PIRITUBA: Wagner Fracini - RF. 616.148.1 e Paulo Roberto de Castro - RF. 736.947.6, da STS SANTANA: Maria Nilza das Neves L. Ferreira – RF 509.982.0 e Valéria Rondinelli - RF. 605.678.4, da STS VILA MARIA/V. Guilherme: Antonio Augusto F. Leporace – RF 526.788.9 e Jose Pedro Pimenta e Silva - RF 582.696-9, da STS Casa Verde/Ca-choeirinha: Zeni Rose Toloi – RF 663.197.5 e Gerson Nicolletti – RF 522.223.1, todos com a finalidade de manter junto à em-presa Air Liquide Brasil os entendimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços de locação de CPAP, a partir de 01 de janeiro de 2018.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE - GESTÃO DE CONTRATOS

PROCESSO 6018.2017/0008947-6

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato nº 001/2016/SMS/CRS-Norte, sendo da SEDE CRSN: Tereza Cristina Aparecida de Assis Loesch - RF. 514.415.9 e Rosana Lippman Muralha - RF. 807.107.1, , todos com a finalidade de manter junto à empresa AGILMED REMOÇÕES E EMERGÊNCIAS MÉDICAS Ltda., os entendimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços, a partir de 01 de dezembro de 2017.

PROCESSO 6018.2017/0010953-1

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato nº 007/2015/SMS/CRS-Norte, sendo da SEDE CRSN: Elson Fadini e Silva - RF. 782.520.0 e Paulo Sergio Tripoli - RF. 784.615.1, , todos com a finalidade de manter junto à empresa TELEFONICA BRASIL S/A, os entendi-mentos necessários, visando o bom andamento dos serviços, a partir de 01 de dezembro de 2017.

PROCESSO 6018.2017/0010849-7

Nos termos do artigo 6º do Decreto 54.873/2014, **INDICO** formalmente os fiscais do contrato múltiplo nº 9912365851, sendo da SEDE CRSN: Paulo Sergio Tripoli - RF. 784.615.1 e Anderson Martins de Andrade - RF. 600.340.1, da STS CASA VERDE: Maria Rita Lorenzini - RF. 593.970.4 e Ronaldo Lem-ma - RF. 515.929.6, da STS FREGUESIA DO Ô: Jurema Westin Carvalho - RF. 314.290.6 e Niki Tezari de Almeida Gonçalves - RF. 568.201.1, da STS PERUS: Fabiana Cespedes Bertaglia - RF. 806.623.0 e Fernando Luiz de Camargo - RF. 636.222.2, da STS PIRITUBA: Wagner Fracini - RF. 616.148.1 e Paulo Roberto de Castro - RF. 736.947.6, da STS SANTANA: Roberto Cazuو Ogata - RF. 571.623.3 e Valéria Rondinelli - RF. 605.678.4, da STS VILA MARIA: Ana Célia Marques Landulfo Novais - RF. 549.327.7 e Janete Aparecida da Costa - RF. 610.042.5, da SUVIS CASA VER-DE: Cristiane Aversa Crivellari - RF. 806.950.1 e Roselaine Vicen-tim - RF. 806.266.4, da SUVIS FREGUESIA DO O: Marco Aurelio Moura - RF. 574.881.7 e João Batista da Costa - RF. 788.100.2, da SUVIS JAÇANÁ: Iara Maria Ferreira - RF. 549.008.1 e Yamara Aparecida da Silva - RF. 614.879.4, da SUVIS PERUS: Fabiana Cespedes Bertaglia - RF. 806.623.0 e Fernando Luiz de Camargo - RF. 636.222.2, da SUVIS PIRITUBA: Simone Madureira Gra-ciano - RF. 663.148.7 e Paulo Roberto Clemente da Silva - RF. 781.770.3, da SUVIS SANTANA: Ana Paula Pereira Teixeira - RF. 806.622.1 e Cleber Lopes de Freitas - RF. 735.249.2, da SUVIS VILA MARIA: Pedro Silva Ramos - RF. 806.579.9 e João Manoel de Castro - RF. 784.144.2, todos com a finalidade de manter junto à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS SERVIÇOS Ltda., os entedimentos necessários, visando o bom andamento dos serviços, a partir de 01 de dezembro de 2017.

AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 292/2017-AHM. G

O Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 13.271/02, alterada pela Lei Municipal 14.669/08, regulamentada pelo Decreto Municipal 50.478/09, e considerando a Lei 16.608/16;

RESOLVE

I- **CONSTITUIR** Comissão de Averiguação Preliminar com o intuito de averiguar os fatos narrados no Processo Adminis-trativo nº 2017-0.182.653-0, a ser composta pelas seguintes servidores:

Presidente

Ismênia Ferreira Soares da Silva - RF 63630321

Membros

José Roberto Mussalem Drago - RF 60031985

Reinaldo Alves Gundim - RF 85636116

Odair David - RF 83556651

Secretário

Luiz Henrique R. Rossetti - RF 83257821

II – A Comissão Especial de Averiguação Preliminar deverá apresentar relatório conclusivo à Superintendência no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos pela Comissão.

III – Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

ASSESSORIA JURÍDICA

DESPACHOS

PROCESSO Nº 2017-0.178.771-3

I-À vista dos elementos constantes no Processo Adminis-trativo nº 2017-0.178.771-3 em especial a manifestação da As-sessoria Jurídica, que acolho com razão de decidir, DETERMINO que a referida Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito do Hospital Municipal Dr. Cármino Caric-hio, promova a apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

PROCESSO Nº 2017-0.172.600-5

I-À vista dos elementos constantes no presente, em espe-cial a manifestação da Assessoria Jurídica, DETERMINO, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8.989/79 c.c. os artigos 96 a 102 do Decreto Municipal nº 43.233/2003, que a Comissão Permanente de Averiguação Preliminar do Hospital Municipal Dr. Alípio Correa Netto promova a averiguação dos fatos.

PROCESSO Nº 2017-0.172.599-8

I-À vista dos elementos constantes no presente, em espe-cial a manifestação da Assessoria Jurídica, DETERMINO, com fulcro no artigo 201 da Lei Municipal nº 8.989/79 c.c. os artigos 96 a 102 do Decreto Municipal nº 43.233/2003, que a Comissão Permanente de Averiguação Preliminar do Hospital Municipal Dr. Alípio Correa Netto promova a averiguação dos fatos.

PROCESSO Nº 2017-0.106.961-6

I-À vista dos elementos constantes do processo adminis-trativo nº 2017-0.106.961-6 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar do Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto e a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, DETERMINO:
II-a CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela comissão, em atendimento ao princípio da eficiência;

III-o ARQUIVAMENTO da presente averiguação preliminar, com fundamento no art.102, II do Decreto nº 43.233/03, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabiliza-ção funcional, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 75, § 1º do referido Decreto.

PROCESSO Nº 2017-0.086.205-3

I-À vista dos elementos constantes do processo admini-strativo nº 2017-0.086.205-3 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação do Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, unidade de saúde pertencente à Autarquia Hospitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:

II-a CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Ave-riguação do Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, em atendimento ao princípio de eficiência;

III-O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsa-bilização funcional pela ocorrência investigada.

DESPACHOS

PROCESSO Nº 2017-0.042.014-0

I-À vista dos elementos constantes do processo adminis-trativo nº 2017-0.042.014-0 em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar do Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Corrêa Netto e a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, DETERMINO:
II-a CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela comissão, em atendimento ao princípio da eficiência;

III-o ARQUIVAMENTO da presente averiguação preliminar, com fundamento no art.102, II do Decreto nº 43.233/03, uma

vez que não restou comprovada a existência de responsabiliza-ção funcional, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 75, § 1º do referido Decreto.

PROCESSO Nº 2016-0.263.856-6

I-À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo, em especial a manifestação das áreas técni-cas desta autarquia, AUTORIZO, nos termos do inciso XV, do artigo 12, da Lei Municipal n.º 13.271/02, alterada pela Lei Municipal n.º 14.669/08 e com fundamento no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93, o pagamento a título de indenização pelos serviços prestados no exercício de 2016, no valor de R\$ 40.402,23 (quarenta mil quatrocentos e dois reais e vinte e três centavos), à empresa BEM BAIXADA SANTISTA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 07.446.705/0001-86, decorrente do Termo de Contrato nº 087/2016.

II-Autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da Requerente, onerando a dotação orçamentária a ser indicada pela Diretoria Orçamentária e Financeira.

PROCESSO Nº2016-0.249.034-8

I-À vista dos elementos constantes no presente nº 2016-0.249-034-8, em especial a manifestação da Comissão Per-manente de Apuração Preliminar do Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio e da Assessoria Jurídica desta Pasta, que acolho e tomo como razão de decidir, com esteio na competên-cia atribuída pela Lei Municipal nº 13.271/02, alterada pela Lei Municipal nº 14.669/08, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 50.478/09, DETERMINO:

II-o ARQUIVAMENTO do feito, com fundamento no art. 102, II do Decreto nº 43.233/03, uma vez que não restou comprova-da a existência de responsabilização funcional pela ocorrência investigada nestes autos.

PROCESSO Nº 2016-0.208.097-2

I-À vista dos elementos constantes do processo adminis-trativo nº 2016-0.208.097-2 em especial a conclusão da Comi-são de Averiguação Preliminar pertencente a Autarquia Hos-pitalar Municipal e a manifestação da Assessoria Jurídica desta pasta, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:
II-À CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela CEAP, em atendimento ao princípio de eficiência;

III - O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsa-bilização funcional pela ocorrência investigada.

IV–DETERMINO a extração de cópias do presente pro-cesso, com remessa ao COREN/SP para ciência e adoção das providências pertinentes, considerando a gravidade dos fatos aqui tratados.

PROCESSO Nº 2016-0.190.955-8

I-À vista dos elementos constantes do processo adminis-trativo nº 2017-0.190.955-8 em especial a manifestação da Assessoria Jurídica desta Autarquia Hospitalar Municipal, que acolho e tomo como razão de decidir DETERMINO:

II-A CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Averiguação Preliminar da Autarquia Hospitalar Municipal, em atendimento ao princípio de eficiência;

III-O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fun-damento no artigo 102, inciso II, do Decreto Municipal nº 43.233/2003, o equívoco na tramitação do processo eletrônico nº 6110.2016/0000014-7 não acarretou prejuízos ao erário e as displicências praticadas que deram causa a paralisação do processo em questão foram sanadas em tempo hábil, não cau-sando nenhum dano à menor Julia Silva Teixeira.

PROCESSO Nº 2016-0.186.142-3

I-À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo, em especial a manifestação das áreas técnicas desta autarquia, AUTORIZO, nos termos do inciso XV, do artigo 12, da Lei Municipal n.º 13.271/02, alterada pela Lei Municipal n.º 14.669/08 e com fundamento no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93, o pagamento a título de inde-nização pelo fornecimento realizado no exercício de 2016, no valor de R\$ 7.527,00 (sete mil quinhentos e vinte e sete reais), à empresa JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 54.516.661/0066-49, decorrente do Termo de Contrato nº 081/2015.

II-Autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da Requerente, onerando a dotação orçamentária a ser indicada pela Diretoria Orçamentária e Financeira.

DESPACHO

PROCESSO Nº 2016-0.179.534-0

I-À vista dos elementos constantes do processo adminis-tra-tivo nº 2016-0.179.534-0, em especial a conclusão da Comissão Permanente de Averiguação Preliminar do Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio e a manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho e tomo como razão de decidir, DETERMINO:

II-a CONVALIDAÇÃO dos atos praticados no referido pro-cesso de averiguação preliminar, visando o aproveitamento de todo trabalho desenvolvido pela comissão, em atendimento ao princípio da eficiência;

III - que a Comissão Permanente de Averiguação Preliminar constituída no âmbito da Autarquia Hospitalar Municipal atra-vés da Portaria nº 138/2016 – AHM.G, promova a continuidade da apuração dos fatos noticiados nos autos, com fulcro no ar-tigo 201 da Lei Municipal nº 8989/79, apresentando, no prazo de 20 (vinte) dias relatório conclusivo sobre o que for apurado, nos termos do artigo 101 do Decreto Municipal nº 43.233/2003.

DESPACHO

PROCESSO Nº 6110.2017/0001894-3

I – À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo, em especial a manifestação da Assessoria Jurídi-ca, que acolho, atribuída pela Lei nº 13.271/02, alterada pela Lei nº 14.669/08, regulamentada pelo Decreto nº 50.478/09 e pela Portaria nº 006/2017 - SUP.G/AHM, AUTORIZO o RESSARCIMEN-TO parcial no valor de R\$ 900,22 (novecentos reais e vinte e dois centavos), à administradora Paulista de Empreendimentos e administração de Bens Próprios Ltda, CNPJ 16.615.095/0001-98, referente ao pagamento do endosso da Apólice de Seguro Contra Riscos nº 1800341818, emitida pela empresa SOMPO 112 – MULTI SEG EMPRESARIAL, CNPJ nº 61.383.493/0001-80, do imóvel locado para a Sede da Autarquia Hospitalar Municí-pal, situado na Rua Frei Caneca, 1398/1402 – Consolação – São Paulo/SP, onerando a dotação nº 01.10.10.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

DESPACHO

Do processo 2017-0.007.088-2 - À vista dos elementos constantes no presente processo administrativo e no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso IV, da Lei Municí-pal n.º 13.271/02, alterada pela Lei Municipal n.º 14.669/08, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 50.478, de 10 de março de 2009, AUTORIZO a emissão de Nota de Empenho complementar por estimativa, no importe de R\$ 7.503,05 (Sete mil, quinhentos e três reais e cinco centavos), para fazer face às despesas com INSS Residência Médica, em favor de Bruna Gomes de Medeiros – CPF 032.682.623-84 e Outros, para o período de Dezembro de 2017, onerando a Dotação n.º 01.10.1 0.122.3024.2100.3.3.90.47.00 fonte 00, assim como o cancela-mento do saldo não utilizado das Notas de Empenho.

SERVIÇO FUNERÁRIO

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 2010-0.236.326-4

DESPACHO: I – Tendo em vista o exposto às fls. 70, pelo Sr. Procurador de Jud.32 e, nada mais a ser tratado no presente, Arquite-se. II - PUBLIQUE-SE, após, SEÇÃO DE PROTOCOLO, para os devidos fins.

6410.2017/0005271-9

Empenhamento 2018 - Dispensa de Licitação.
TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ 02.558.157/0001-62- À vista dos elementos constantes do presente, em especial da ma-nifestação do Departamento Técnico de Administração e Finanças (5897567) e da Assessoria Jurídica, AUTORIZO a emissão de nota de empenho estimativo no valor R\$384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) a favor da empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ. 02.558.157/0001-62, para fazer frente às des-pesas com pagamentos de contas de telefone durante o período de 2018 das unidades da autarquia. As despesas decorrentes onerarão as dotações orçamentárias 04.10.15.122.3024.2.100.3 .3.90.39.00.06 no importe de R\$ 239.000,00, (duzentos e trinta e nove mil reais) a dotação orçamentária 04.10.15.452.3024.8.8 56.3.3.90.39.00.06 no importe de R\$15.000,00(quinze mil reais), a dotação orçamentária 04.10.15.452.3024.8.857.3.3.90.39.00.0 6 no importe de R\$ 90.000,00(noventa mil reais)a dotação or-çamentária 04.10.15.452.3024.8.858.3.3.90.39.00.06 no importe de R\$40.000,00(quarenta mil reais). Valores estes consignados no Orçamento/2.018.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

6023.2017/0000486-9 - À vista dos elementos que instruem o presente, conforme encaminhamento da SMIT/AJ, nos termos da competência delegada pela Portaria SMIT nº 10, de 14 de fevereiro de 2017, autorizo a **RETIFICAÇÃO** do despacho (6097863), fazendo constar a seguinte dotação orçamentária: 23.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.

6023.2017/0000502-4- À vista dos elementos constantes do presente processo, notadamente as manifestações de SMIT/ CAF/DCO, SMIT/CAF e SMIT/AJ, as quais adoto como razões de decidir e considerando a delegação de competência conferida pela Portaria - SMIT nº 10 de 14 de fevereiro de 2017, bem como as disposições do artigo 40 do Decreto 56.779/2016, no Decreto 29.062/1990 e no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/2002, combinado com o artigo 25, “caput”, da Lei Federal 8.666/93, **AUTORIZO** a emissão de Notas de Reserva e Empenho, a favor da empresa **AES ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICA DE SÃO PAULO.**, inscrita no CNPJ 61.695.227/0001-93, visando o atendimento das despesas com serviços de eletricidade a serem utilizados pelas Unidades de Telecentros, no valor estimado de **R\$ 12.000,00**, durante o exercício de 2018 e suplementado caso haja necessidade, onerando a dotação 23.1012.126.3001.8404.3390.3900, o que se processará quando da disponibilização do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.

6023.2017/0000507-5 - À vista dos elementos constantes do presente processo, notadamente as manifestações de SMIT/ CAF/DCO, SMIT/CAF e SMIT/AJ, as quais adoto como razões de decidir e considerando a delegação de competência conferida pela Portaria - SMIT nº 10 de 14 de fevereiro de 2017, bem como as disposições do artigo 40 do Decreto 56.779/2016, no Decreto 29.062/1990 e no artigo 1º da Lei Municipal 13.278/2002, combinado com o artigo 25, “caput”, da Lei Federal 8.666/93, **AUTO-RIZO**